

APONTAMENTOS SOBRE A ESCRITA SOB UM PERFIL DIACRÔNICO

Joyce Elaine de Almeida Baronas¹

Vanessa Lini²

RESUMO: Pretende-se, neste artigo, apresentar algumas considerações a respeito da ortografia, mais especificamente a respeito dos desvios da norma presentes no texto escrito. É sabido que o texto escrito muito se distancia da fala, entretanto, é fato recorrente a presença da oralidade em textos de alunos. Esta pesquisa constata que tais ocorrências já eram comuns em textos antigos do século XVII e busca compreender tal fenômeno. Para isto, num primeiro momento, serão apresentados alguns estudos já efetuados no que se refere à ortografia, posteriormente serão apresentados alguns comentários de pesquisadores que se dedicam ao ensino da língua portuguesa e finalmente serão apresentadas algumas propostas de ação.

PALAVRAS-CHAVE: escrita; diacronia; ortografia

NOTES ON WRITING FROM A DIACHRONIC VIEW

ABSTRACT: In this article, we intend to present some considerations about orthography, more specifically, about the deviation from the standard norms present in a written text. The written text is distant from the oral text, but the oral marks occur frequently on the written text from students. This research proves that such occurrences were already present in the ancient text of the 18th century and intends to comprehend these phenomena. So, at first, we will present some studies about orthography, and then we will present some commentaries from researchers who study the Portuguese language teaching, and finally we will present some proposals.

KEYWORDS: writing; diachrony; orthography.

1 Docente do Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

2 Especialista em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Introdução

Um dos desafios atuais para os professores de Língua Portuguesa é a questão de como lidar com os desvios da norma padrão, visto que, ao chegar à escola, o aluno já domina o português em sua modalidade coloquial e, em sala de aula, se depara com um português estranho e difícil, já que o enfoque do ensino está voltado para a norma padrão. Mattos e Silva (2006) assim se refere ao problema central do professor de língua portuguesa no Brasil:

a língua de casa, o vernáculo, com que chegam nossos alunos à escola, contrasta em geral com a “aula de português”, em que os professores, é claro que nem todos, buscam seguir gramáticas e livros para o professor, que muito se distanciam do conhecimento e do uso lingüístico já internalizados pelos estudantes e cuja convivência advém desde a aquisição da língua materna, no grupo social, no processo de socialização conhecido por todos nós (Mattos e Silva, 2006, p. 278).

Durante o processo de aquisição da língua escrita no ensino fundamental, a ocorrência de problemas ortográficos e desvios da norma padrão são evidentes, devido, principalmente, à interferência da fala na escrita. Tais ocorrências acompanham toda história da escrita alfabética e de seu ensino. No início da história da Língua Portuguesa no Brasil, a normatização era menos incisiva e, pode-se afirmar, a escrita era baseada na fala, visto que registros dessa época apontam variações que denunciam uma possível aproximação com a fala e uma ausência de rigidez na ortografia.

Tal constatação gerou a curiosidade de comparar textos atuais de alunos do ensino fundamental com manuscritos de séculos anteriores, a fim de melhor compreender os “erros escolares”. Para isso selecionaram-se 22 textos produzidos por alunos da 4ª série do ensino fundamental de uma escola pública da cidade de Cambé e 20 textos manuscritos do século XVIII da cidade de Paranaguá, ambas situadas no estado do Paraná. Os textos dos alunos da 4ª série foram produzidos no dia 26/11/2007, na Escola Municipal Profa. Izaura Ferreira Neves, a partir da realização de um desenho individual livre que foi o tema para a criação do texto.

Já os manuscritos são documentos notariais retirados do Arquivo Público do Estado de São Paulo, fornecidos pelo projeto: *Para a história do Português paranaense: estudos diacrônicos em manuscritos dos séculos XVII a XIX*.

O termo “manuscrito”, originário do Latim “*manu scriptus*”, que significa “escrito à mão”, constitui um dos tipos de registro de texto. O manuscrito é de suma importância para o resgate histórico de vários fenômenos lingüísticos, principalmente aqueles atinentes à oralidade de uma língua em fases em que a escrita era a única forma de registro dos significantes dessa língua, por isso desperta o interesse de tantas áreas de estudo.

Os manuscritos que se acumulam nos acervos dos arquivos brasileiros representam uma fonte inesgotável de informações, permitindo a comunicação através do tempo e do espaço. Tais documentos revelam a escrita de uma época trazendo à tona a natureza do texto: seus argumentos, os propósitos, as intenções, o vocabulário e principalmente as características da escrita da época. Quanto mais se conhecem e se estudam textos manuscritos, mais revelações vêm a público.

As descobertas que esses documentos propiciam motivam, cada dia mais, novos pesquisadores para a realização de trabalhos acerca da história da língua aí conservada. Um exemplo é o projeto interinstitucional: *Para a História do Português Brasileiro (PHPB)*, coordenado pelo Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho, um projeto-mãe que deu origem a vários outros, em diversas instituições do Brasil. Na Universidade Estadual de Londrina, a Prof.^a Dr.^a Vanderci de Andrade Aguilera coordena o subprojeto: *Para a História do Português Paranaense: nas veredas do Atlas Lingüísticos do Paraná*, cuja proposta é contribuir para a escritura de uma História da Língua Portuguesa falada no Paraná, no que se refere à formação do léxico. Esta pesquisa constitui-se dos seguintes *corpora*: i) Atlas Lingüístico do Paraná – ALPR - (Aguilera, 1994); ii) *Boletins do Arquivo Municipal de Curitiba*, publicados mensalmente sob iniciativa da Prefeitura de Curitiba; iii) Manuscritos do Arquivo do estado de São Paulo e de outros acervos municipais, datados dos séculos XVII, XVIII e XIX; e iv) mapas da rede hidrográfica do Paraná publicados em épocas diferentes.

Em 2005, para dar continuidade aos estudos lingüísticos paranaenses, propôs-se um novo projeto: *Para a história do Português paranaense: estudos diacrônicos em manuscritos dos séculos XVII a XIX*, cuja equipe finalizou a árdua tarefa de fazer a leitura e transcrição dos 737 manuscritos do Arquivo do estado de São Paulo e de outros acervos municipais, datados dos séculos XVII, XVIII e XIX.

O presente trabalho utilizou parte do *corpus* do projeto acima descrito, a fim de observar as características da escrita nos séculos anteriores. Realizou-se uma análise em relação aos desvios da norma padrão, com o intuito de buscar, através da história da língua, explicações para tais fatos. Observaram-se, principalmente, os desvios ortográficos e a presença de transposição dos hábitos da fala para a escrita. Com base nos dados obtidos pela pesquisa, pretende-se, pois, melhor compreender a escrita atual e a antiga, para, desta forma, colaborar para a melhoria do ensino de língua portuguesa no Brasil.

1. Pressupostos teóricos

1.1 A ortografia portuguesa

A ortografia portuguesa passou por algumas modificações no decorrer dos tempos. Não havia tanta rigidez na escrita em séculos passados, pois poucos eram os que tinham acesso à arte da escrita, logo muitos redigiam sem a preocupação com um padrão estabelecido.

Segundo Coutinho(1967, p. 71), a história da nossa ortografia se divide em três períodos: o fonético, o pseudo-etimológico e o simplificado. O período fonético, segundo o autor, “começa com os primeiros documentos redigidos em português e se estende até o século XVI”. Nesse momento, havia a preocupação fonética e a “língua era escrita para o ouvido”. O período pseudo-etimológico “inicia-se no século XVI e vai até o ano de 1904, em que aparece a *Ortografia Nacional* de Gonçalves Viana”. O critério adotado nesse período é o respeito à origem das palavras, sem a preocupação fonética. Buscava-se, portanto, a etimologia dos termos. Entretanto, como poucos eram os que realmente tinham

acesso à etimologia, criaram-se as pseudo-etimologias. O período simplificado tem seu início em 1904 e continua até nossos dias. Gonçalves Viana, com a publicação da *Ortografia Nacional*, aponta uma simplificação da ortografia, orientada na pronúncia sem, entretanto, desprezar a etimologia da palavra.

1.2. História da Língua Portuguesa no Brasil

Como observamos, a língua portuguesa se constituiu gradativamente e seu processo de implantação como língua oficial em Portugal passou por diversas mudanças e alterações no decorrer do tempo.

No Brasil não foi diferente, o idioma foi introduzido no país em 1500 com a chegada dos portugueses, e foi se desenvolvendo e conquistando seu espaço aos poucos ao lado de outras línguas, como a língua tupi, idioma predominante na época. Em 1757, a utilização da língua tupi foi proibida por uma Provisão Real cedendo espaço para o português, que se fixou definitivamente como idioma do Brasil em 1759.

Assim o português no Brasil recebeu fortes influências. As línguas indígenas e os falares dos escravos africanos deixaram marcas no português, tanto no léxico como na fonética e possivelmente na sintaxe.

Spina (1987, p.24) traz como exemplo desta influência o caso da vocalização do diagrama *lh* em “*i*”, como em *muié*, *mio*, *fio*, *moia*, *espeio*, *oio*, *mió* (por mulher, milho, filho, molhar, espelho, olho, melhor); a supressão da dental “*d*” do grupo consonantal *nd* nas formas *and*, *end*, *ind*: *falano*, *dizeno*, *vestino* (por falando, dizendo, vestindo); a apócope do “*s*” (consoantes que os índios desconheciam), como em *vamo*, *lapi*, (por vamos, lápis).

Enquanto Spina aponta essas ocorrências como influências indígenas e africanas na língua portuguesa, Naro e Scherre (2007) não negam a influência de outros povos na língua e na cultura brasileira, mas defendem a idéia de que os indícios de influência indígena e africana, que a língua portuguesa apresenta no Brasil, também podem ser explicados como influência do português europeu não-

padrão. Entre as formas encontradas no português brasileiro e também no português europeu não-padrão, Naro e Scherre (2007, p. 122) apresentam exemplos de queda de consoante líquida em grupos consonantais como *nego*, *próprio*, *agadecidos*, *dento* (por negro, próprio, agradecidos, dentro); assimilação de “*d*” em “*nd*” e de “*b*” em “*mb*” como em *voano*, *acabano* (por voando, acabando), *imora*, *tamém* (por embora, também) ; queda de consoante em coda silábica como em *fasidade*, *comprá*, *reposta*, *faze* (por falsidade, comprar, resposta, fazer); inserções vocálicas em coda silábica como em *meli*, *calori*, *muleri* (por mel, calor, mulher) e apócope como em *magina*, *poteca*, *marelo*, *bençoado* (por imagina, hipoteca, amarelo, abençoado).

Apesar de não haver consenso em relação à origem dos fenômenos no português brasileiro, pode-se afirmar que, com o passar do tempo, ele foi se distanciando do português europeu, devido não só à influência de outras línguas, mas também ao não comprometimento em acompanhar as mudanças ocorridas no português de Portugal.

1.3 Dificuldades ortográficas na aquisição da escrita

As regras de ortografia surgiram para a uniformização da escrita, já que na fala as palavras estão sujeitas a mudanças e um mesmo vocábulo pode ser pronunciado de várias maneiras, causando dificuldades na transposição da fala para a escrita. Cagliari (1999, p.50) ressalta que isso ocorre porque as relações entre letras e sons (estabelecidas na leitura) são diferentes das relações entre sons e letras (estabelecidos na escrita), devido ao fato de uma palavra poder ser pronunciada de diversas maneiras (por exemplo, *póti*, *poté*, *potchi*, *potch*, etc.) e de ser escrita por meio de uma única forma congelada, estabelecida pela ortografia vigente. Assim, como afirma Cagliari (1999, p.61), escrever certas palavras segundo a ortografia vigente é uma dificuldade para muitas pessoas, mesmo que tenham uma prática de escrita relativamente intensa.

Concordando com o autor, Bortoni-Ricardo (2006, p. 274) ressalta que o domínio da ortografia é lento e requer

muito contato com a modalidade escrita da língua. Dominar bem as regras de ortografia é um trabalho para toda a trajetória escolar e, quem sabe, para toda a vida do indivíduo. É incorreto pensar que apenas as crianças na fase de aquisição da escrita têm dificuldades na ortografia das palavras; na realidade, qualquer ser humano, em algum momento, poderá ter dúvidas quanto à maneira correta, segundo a norma padrão, de escrever alguma palavra.

Entre as causas das dificuldades enfrentadas pelos alunos durante o processo de aquisição da escrita, observa-se uma interferência da fala na escrita e a falta de familiaridade com a norma padrão e com as regras da ortografia vigente. Nesse sentido, os “erros” ortográficos são comuns e devem ser aceitos pelo professor como uma das fases de desenvolvimento da aquisição da escrita, sem preconceito e discriminação em relação à escrita do aluno. Cagliari (1999) comenta que

Infelizmente, muitos métodos orientam-se pelas dificuldades dos adultos, deixando de lado o ponto de vista das crianças. À medida que insistem em apavorar as crianças com fatos da escrita ortográfica, pior será a relação que esses alunos terão com a escrita futuramente.

Continuo dizendo que é muito melhor ensinar as crianças a escrever primeiro e, depois, a escrever ortograficamente... deixá-las escrever o mais livremente possível, como ponto de partida e, depois fazê-las passar para a outra grafia (a ortográfica), procurando verificar se o que escreveram num primeiro momento corresponde à maneira como se deve escrever, seguindo o estabelecido pela ortografia vigente. (1999, p.73)

Dessa forma, o aluno, em um primeiro momento, precisa familiarizar-se com a escrita, para apenas mais tarde ser corrigido ortograficamente. Cabe, então, ao professor trabalhar a norma padrão de maneira natural através da prática de escrita e de leitura, pois, quanto maior o contato com a linguagem escrita, menor serão as dúvidas em relação à ortografia das palavras.

Segundo Cagliari (1999, p.62), quem lê muito e escreve bastante, com o tempo, passa a ter cada vez menos dificul-

dades em escrever ortograficamente, sem precisar consultar o dicionário. Obviamente, as dificuldades aumentam quando o usuário tem pouco contato com a leitura, como acontece com grande parte dos alunos de primeiro grau.

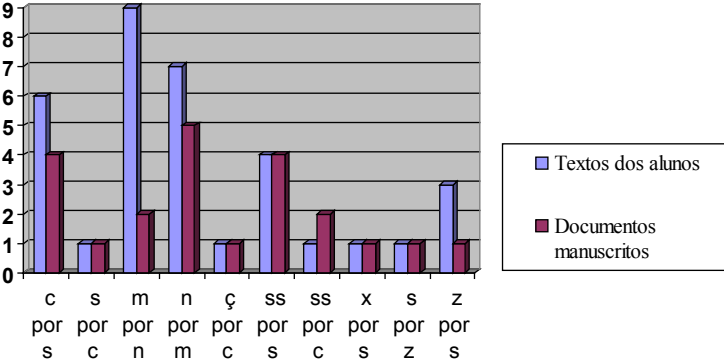
Portanto, os “erros ortográficos” não devem ser vistos como uma incapacidade do aluno, mas sim como uma etapa no processo de aquisição da língua escrita, um processo que dura a vida toda.

2. Análise de dados

A seguir apresenta-se uma síntese dos dados colhidos na presente pesquisa a partir de gráficos que descrevem a ocorrência de fenômenos lingüísticos distantes da norma padrão.

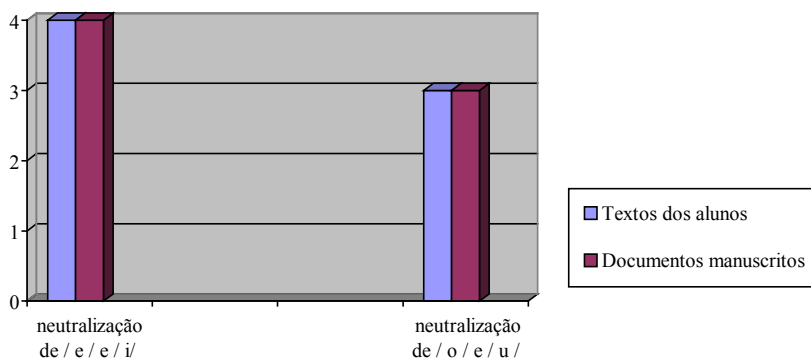
• **Gráfico 01**

O gráfico 01 representa os desvios que resultam do conhecimento insuficiente das convenções que regem a língua escrita, os fatos ortográficos. Pode-se constatar a maior ocorrência de troca de letras nos textos dos alunos em 04 casos: (c por s, m por n, n por m e z por s). Apenas em 01 caso, a troca de (ss por c), os manuscritos apresentaram maior ocorrência que os textos atuais. Nos demais casos (s por c, ç por c, ss por s, x por s e s por z) verifica-se uma igualdade ou uma aproximação do número de ocorrências entre as duas escritas.



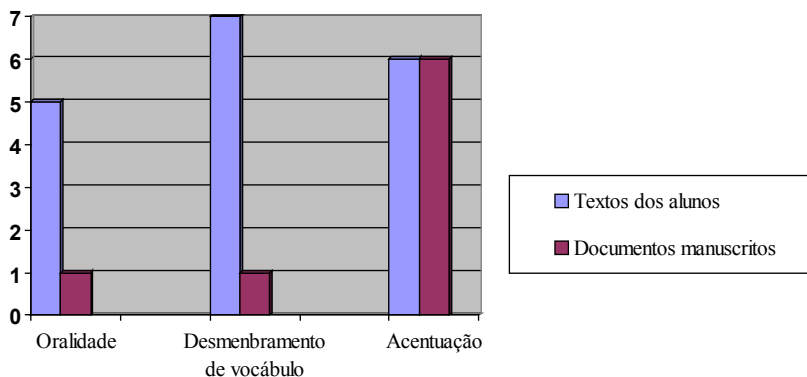
• Gráfico 02

O gráfico 02 representa os desvios referentes à fonética, que se encaixam na categoria dos erros decorrentes da interferência de regras fonológicas categóricas no dialeto estudado. Nessa categoria, o desvio que acontece nos textos dos alunos e nos textos manuscritos são os casos de neutralização das vogais /e/ e /i/ e /o/ e /u/, verificando-se uma igualdade de ocorrência.



• Gráfico 03

O terceiro gráfico é referente aos desvios na morfologia e acentuação. Em relação à formação das palavras, o índice de semelhança entre as duas escritas foi menor, talvez pelo fato de a escrita dos documentos possuir algumas características próprias da época, como o uso de consoantes duplas e o uso de letras sem valor fonético, características da escrita etimológica. Os fatos que aparecem nos dois casos foram: marcas da oralidade, desmembramento de vocábulo e ausência de acentuação. Percebe-se também que os textos dos alunos apresentam a maior ocorrência de desvios nos casos de oralidade e de desmembramento de vocábulo, já no caso da acentuação, houve semelhança nos dois *corpora*.



Com base nesta análise, pode-se afirmar que, embora presentes de maneira mais expressiva nos textos atuais, vários desvios da norma já eram comuns em séculos anteriores. Tal constatação é importante para a formação do professor de língua portuguesa, que deve dar uma atenção especial aos desvios da norma apresentados pelos alunos, levando-os a perceber as formas inadequadas e a compreender de forma mais clara os motivos das confusões na escrita dos textos.

3. Discussão dos dados

Nesta seção serão retomados alguns dados extraídos dos *corpora* analisados. Primeiramente serão retomados dados dos manuscritos e posteriormente, alguns dados dos textos dos alunos em questão.

Formas como: “Inpusibilidade”, “custuma”, “coase”, localizadas em manuscritos, denunciam o desconhecimento da ortografia por parte do escrivão. Apesar desse desconhecimento, não se pode identificar uma busca da etimologia. Ainda que, cronologicamente, tal documento se enquadre no período pseudo-etimológico, na prática, mais parece se encaixar no período fonético, havendo marcas de oralidade.

Caso semelhante se identifica atualmente em textos de alunos. Formas como “poriço”, “presenti”, “conviti”, “consigui”, “muintas”, “símbulo”, “torbina”, “engulia” etc. são bastante encontradas na escrita dos alunos, evidenciando a interferência da oralidade na escrita. Tais dados podem nos levar a remeter tal escrita também ao período fonético e não

ao simplificado. Antes de chegar à escrita simplificada, os alunos, como na história da escrita do português, passam pela fase fonética. Isso resulta do desconhecimento da norma padrão, cujo acesso é franqueado pelo bom domínio da escrita. Assim, o conhecimento da norma culta é, a um só tempo, condição *para* e consequência *do* domínio da escrita.

No século XVII, o escriba não tinha acesso ao ensino, mas, hoje, no século XXI, os aprendizes da escrita têm acesso à educação formal. Contudo, mesmo tendo acesso ao ensino, os alunos têm muita dificuldade para assimilar a norma padrão, pelo distanciamento existente entre ela e as normas vernaculares adquiridas por meio da socialização no seio da família, do grupo de companheiros e da comunidade social.

Mattos e Silva (2004) entende que, entre as razões para as dificuldades enfrentadas pelos alunos atualmente, está o silenciamento da heterogeneidade da realidade lingüística brasileira. Segundo a autora (2004), a língua portuguesa no Brasil reflete a diversidade social, cultural e econômica do país:

Diante da magnitude territorial e da heterogeneidade cultural, social e econômica, frutos de sua história, o Brasil é, por definição, a nação da diversidade em qualquer aspecto que se queira considerar da sua vida social. A língua portuguesa no Brasil, impossível de ser de outra forma, reflete isso, apesar de uma visão redutora insistir na ‘espantosa’, ‘notável’, ‘esplêndida’, ‘apreciável’, unidade do português do Brasil (MATTOS e SILVA, 2004, p.11-12).

Segundo a pesquisadora, apesar de várias pesquisas empreendidas com o intuito de descrever e estudar as diversas normas brasileiras, ainda não há instrumentos pedagógicos para subsidiar o trabalho do professor em sala de aula; o que realmente existe é a gramática normativa, que, sob a perspectiva da unidade do português do Brasil, transmite pura e unicamente a norma padrão. Para a pesquisadora, é necessário haver uma mudança profunda na política educacional, pois mesmo tendo ocorrido várias reformas na estrutura educacional brasileira, “nenhuma delas incidiu na essência, que é o fato de ser irrisória a

verba que os cofres públicos destinam à educação: dos 12% do orçamento das nações recomendados pela UNESCO à educação, não se destinam nem 5% no Brasil” (MATTOS e SILVA, 2004, p.15).

Castilho (2002) também comenta a situação insatisfatória do ensino da língua no Brasil, apontando a falta de materiais didáticos adequados e o despreparo do professor da educação básica. A respeito dos manuais didáticos, o autor afirma que não foram reestruturados a uma nova realidade e veiculam valores da classe média culta. A respeito dos professores, o autor fala do descaso em relação a essa classe, são profissionais que não têm uma remuneração adequada que possibilite o estudo e a formação continuada.

Portanto, verifica-se a necessidade de elaboração de materiais didáticos adequados às diferentes realidades lingüísticas existentes, incluindo-se aí o trabalho diversificado com a oralidade e a escrita. Além disso, é crucial o investimento na capacitação dos professores, a fim de que possam lidar com a diversidade lingüística de seus alunos e utilizar novas metodologias e materiais didáticos adequados.

Considerações finais

A partir das considerações apresentadas, verifica-se que algumas dificuldades de escrita resultam da diferença entre a fala e a escrita e a conseqüente transposição da oralidade para o texto escrito. Como propostas para melhoria do ensino de língua portuguesa no Brasil, sugere-se que o professor tenha uma visão reflexiva perante a escrita do aluno, a fim de analisar e detectar suas dificuldades para, dessa maneira, proporcionar-lhe o domínio da norma padrão e também o reconhecimento da diversidade lingüística. Propõe-se também que haja maior preocupação com a formação inicial dos profissionais da área de educação e com os materiais que os auxiliam, assim como incentivo para a formação continuada.

Referências

- AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Atlas lingüístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1994.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemu na escola e agora?:* sociolingüística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.
- _____. O estatuto do erro na língua oral e escrita. In: GORSKI, Edair Maria, COELHO, Izete Lehmkuhl (orgs.) *Sociolingüística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua*. Florianópolis: EdUFSC, 2006.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. *Diante das Letras: a escrita na alfabetização*. São Paulo: Fapesp, 1999.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa. In: BAGNO, Marcos (org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de Gramática Histórica*. 5.ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1967.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. “O português são dois”... ainda “em busca do tempo perdido”. In: GORSKI, Edair Maria; COELHO, Izete Lehmkuhl (orgs.). *Sociolingüística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua*. Florianópolis: UFSC, 2006.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. Dizem que vai mal o vernáculo no Brasil. In: *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola, 2004, p. 11-36.
- NARO, Anthony e SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.
- SPINA, Segismundo. *História da língua portuguesa III: segunda metade do século XVI e século XVII*. São Paulo: Ática, 1987.
- VIANA, Aniceto dos Reis Gonçalves: *Ortografia Nacional. Simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas*. Lisboa, Viúva Tavares Cardoso/ Porto: Tip. da Empresa Lit. e Tip., 1904 - xvi-454 p.